

Desmonte e cobertor

8 AGO 1988

Oswaldo Peralva

JORNAL DE BRASÍLIA

A arte de administrar a escassez é, obviamente, das mais delicadas. Na linguagem da caserna, tão familiar ao nosso País, trata-se de saber usar com muita habilidade um cobertor curto, desses que, quando cobrem a cabeça, destapam os pés, ou vice-versa. É preciso verificar onde está fazendo mais frio, e não puxá-lo para um lado ou para o outro, indiscriminadamente.

No caso da Operação Desmonte, indispensável ante o novo sistema tributário aprovado pela Constituinte, com sua justa, benéfica e dignificante descentralização, é essencial fazer-se uma cuidadosa adaptação, sob pena de provocar o caos.

Louve-se, antes de tudo, a lucidez dos Constituintes, ao acabar com uma centralização fiscal que era reflexo da concentração do poder político, atingido o apogeu no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de

1968. A experiência democrática de muitos países, inclusive em certas regiões dos Estados Unidos, é o da crescente descentralização. Na Suíça inexistem sequer um Ministério da Saúde, embora os suíços se mostrem bastante sadios. Os cuidados sanitários são tarefa de cada cantão.

Aqui, entre nós, o argumento para a centralização fiscal era de que o compadrio nos municípios não permitiria uma efetiva arrecadação de impostos. Argumento semelhante aos dos que acham nosso povo imaturo, incapaz para o exercício do direito de voto.

A confusão do primeiro momento, fruto do projeto de Constituição nesse setor, pode explicar em parte a grita de muitos governadores. Mas em parte ela só se explica pelo uso indiscriminado do cobertor.

É o caso sobretudo do Distrito Federal, sede dos poderes

nacionais e das representações diplomáticas estrangeiras. Por essa razão, seus gastos têm de ser em boa parte assumidos pela União. Assim acontece. Mas quando o Governo do DF pede para 1989 a soma de 62 bilhões de cruzados para manutenção da máquina administrativa, investimentos e obras nas secretarias de Segurança Pública, Saúde e Educação, e só recebe, 1,3 bilhão, estamos em face de um uso inadequado do cobertor.

O GDF também pleiteou 8 bilhões de cruzados para o prosseguimento da despoluição do lago Paranoá, combate à erosão e reforma do Hospital de Base. Negativo.

O governador José Aparecido, que está deixando o Governo, poderia não ligar para o dilúvio depois dele. Como Luís XV: "Après moi, le déluge". Preferiu, no entanto, expressar seu desagrado, e batalhar. Em favor de Brasília.